



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

## ATA N.º 4

### MANDATO 2017/2021

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se a primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Valongo; -----
- 2 - Intervenção do público; -----
- 3 - Período antes da ordem do dia. -----

#### ORDEM DO DIA -----

- 1 – Eleição do candidato a novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto; -----
- 2 - Aprovação da ata da sessão realizada no dia 22.12.2017. -----
- 3 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----
  - 3.1 - Proposta de Organização dos Serviços Municipais; -----
  - 3.2 – Projeto de Regulamento que estabelece a constituição da figura do/a Provedor/a do Município de Valongo e respetivo Estatuto; -----
  - 3.3 - Proposta de nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas; -----
  - 3.4 - Proposta de 3.ª Adenda aos Acordos de Execução celebrados com as Freguesias. -----
4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Paulo Jorge Esteves Ferreira, José Maria Veloso Delgado, Luís Miguel Mendes Ramalho, Alberto Frenando Correia Neto e Rosa Maria de Sousa Martins Rocha. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alexandre Manuel da Silva Teixeira, César Augusto de Oliveira Ferreira, Hugo Jorge da Rocha Padilha, João Fernando da Costa Morgado e Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso, tendo sido substituídos, respetivamente, por André Monteiro Reis, Adelino Joaquim Machado Soares, Miguel Filipe Barbosa Machado, Miguel António Pereira de Oliveira e Tiago Alexandre Gaspar Sabença. -----

Verificou-se a falta do membro Tiago Alexandre Gaspar Sabença não tendo sido substituído. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, procedeu à Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Valongo. -----

Após a Tomada de posse deu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Munícipe, Celestino Marques Neves**, começou por dizer que a página da Assembleia Municipal no site da Câmara se encontrava desatualizada, ainda constavam os dos Membros da Assembleia que faziam parte do mandato anterior. -----

De seguida disse que a passagem pedonal, em Alfena, junto à Empresa IEME, o Restaurante Dom Garfo, uma questão antiga neste momento agudizou-se, pois o proprietário do armazém decidiu catalogar a passagem pedonal pública como privada passando a colocar lá um camião da empresa tapando a passagem, a GNR foi chamada ao local tendo colocado o problema à Câmara Municipal. --- Assim, gostaria de saber qual o ponto de situação relativamente à passagem pedonal, se é pública ou privada. -----

Questionou de seguida qual o ponto de situação da obra da Ponte de Cabeda, para quando está prevista a sua conclusão. -----

Disse que a rotunda do megálito, junto ao Hospital Privado de Alfena, está uma vergonha, tendo sido dito que o problema seria resolvido até ao final do ano de 2016, e até hoje mantém-se na mesma, gostaria de saber para quando está prevista a obra naquela via. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que quanto à página da Assembleia Municipal no site da Câmara iria tomar providência para que fosse feita a sua atualização. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que relativamente à Ponte de Cabeda o empreiteiro comprometeu-se a reabrir a circulação até ao final do mês de março.

Em relação à pavimentação da retunda do Megálito, junto ao Hospital Privado de Alfena está prevista uma intervenção, enquanto estiver a decorrer a obra da Ponte da Cabeda isso não é possível.

Relativamente à passagem pedonal conhece o problema mas, de momento, desconhece qual o ponto de situação do mesmo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, fez a leitura de uma **Proposta** que se anexa à presente ata como **Doc.1**, cujo teor se transcreve: -----

*“Criação de uma Comissão para alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo -----  
A mesa da Assembleia Municipal propõem a constituição de uma Comissão para análise e alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo. -----*

*A comissão será constituída por um representante de cada um dos grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal de Valongo e a Mesa da Assembleia, sendo que a proposta da alteração do Regimento terá que ser presente até á sessão da Assembleia Municipal de junho.” -----*

De seguida fez a leitura de uma **Mocção** anexa à presente ata como **Doc.2**, cujo teor se transcreve: ----

*“Sobre a reativação do Serviço de Passageiros na Linha de Leixões -----  
Tendo em Conta: -----*

*- A aprovação na Assembleia da República do Projeto de Resolução n.º 838/XIII/2, relacionado com a reabertura do serviço ferroviário de passageiros entre Leixões e Ermesinde e a sua ligação a Campanhã; -----*

*e -----  
- A proposta conjunta das Câmaras Municipais de Valongo e Maia, apresentada à Área Metropolitana do Porto, que reforça a importância da inclusão do troço “Ermesinde – Aguas Santas – Arroiteia com ligação à Asprela” como estratégia que melhor serve as necessidades de diferentes municípios da Área Metropolitana do Porto e, das suas populações. -----*

*Considerando que: -----*

- ✓ *O projeto de Resolução n.º 838/XIII/2 justifica-se pela necessidade existente do princípio de maior mobilidade em todo o espaço circulante indicado, tendo como principal pelo justificativo, o encontro em Ermesinde de populações vindas do Douro e Minho, que ficariam assim com uma ligação direta até Leixões, ligando os Concelhos de Valongo, Mia, Matosinhos e Gondomar, abrangendo importantes zonas industriais, hospitalares e pelos universitários; -----*
- ✓ *“A reabertura da linha, acompanhada de um conjunto de investimentos nas atuais e novas infraestruturas, é uma decisão estratégica no quadro da mobilidade regional multimodal, provavelmente, o passo mais decisivo em termos de mobilidade regional nos concelhos do limite norte da cidade do Porto”. -----*
- ✓ *No Plano de Ação para a Mobilidade Sustentável da Área Metropolitana do Porto, os municípios inscreveram estratégias que visam a urgência da integração da linha ferroviária já existente do Porto de Leixões a com o Interface Intermodal da Asprela, sendo esta considerada “de vital*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- importância na articulação de serviços regionais, e mesmo nacionais no aumento da eficiência do sistema de transportes da Área Metropolitana Porto, tanto para os seus residentes, como para os não residentes, com especial foco no fluxo já significativo da componente turística”; ----*
- ✓ *É importante pugnar por uma visão integrada dos projetos e dos investimentos nas grandes infraestruturas de mobilidade, bem como por uma discussão e por soluções técnicas que sirvam as populações de forma a promover a coesão social; -----*
  - ✓ *Ermesinde faz parte de uma área territorial que é das mais populosas do arco norte da AMP e gera substanciais movimentos pendulares casa-trabalho-casa, pelo que não faz sentido recuperar para o transporte de passageiros apenas uma estreita Campanhã-Leixões, sem assegurar a ligação funcional a Ermesinde através da derivação de São Gemil; -----*
  - ✓ *Assim, a incorporação do troço de Ermesinde – Águas Santas – Arroteia neste “subsistema” dos urbanos metropolitanos assegura uma ligação Nascente-poente com enorme potencial de utentes, reforçando significativamente o carácter multimodal do interface da Asprela e, simultaneamente, contribuindo para descongestionar o futuro interface metropolitano de Campanhã; -----*
  - ✓ *E, por fim, a linha ferroviária de ligação ao Porto de Leixões é um assunto da maior importância e um recurso fundamental do sistema de mobilidade integrada no território intraurbano da AMP, que não pode continuar a ser negligenciado. -----*

*A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 26 de fevereiro de 2018, delibera recomendar ao Conselho Metropolitano que, no âmbito das suas competências para decidir sobre este assunto: -----*

- a) *Inclua nos estatutos em curso, relacionados com a Linha de Leixões, o troço de Ermesinde – Águas santos-Arroteia com ligação à Asprela, numa ótica de mobilidade mais racional e eficaz do serviço, não só da AMP, mas também das populações do Douro e do Minho que diariamente circulam nestas linhas ferroviárias de ligação à AMP e, porque se trata de um complemento fundamental para a valorização estratégica do interface da Asprela. -----*
- b) *Inclua nas negociações a encetar com a CP, sobre a reativação do serviço de passageiros na linha de Leixões, o referido troço entre Ermesinde – Águas Santas – Arroteia com ligação à Asprela. -----*

*Delibera, ainda, recomendar ao governo que preste a melhor atenção a esta deliberação e lhe corresponda pela positiva. -----*

*Desta Moção deve ser dado conhecimento: -----*

*- Assembleia da República -----*

*- Governo -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Conselho Metropolitano” -----

Seguidamente deu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura de uma **Moção** anexa à presente ata como **Doc.3**, cujo teor se transcreve: -----

“Posição pela defesa da criação das freguesias de Campo e Sobrado -----

*Já é longo o processo da criação da lei de agregação das freguesias. -----*

*Assim como já é longo o descontentamento da população de Sobrado, aquela que mais se sente afetada pela criação da União de Campo e Sobrado. -----*

*Na sua perda de identidade, na sua relação mais direta com os seus representantes autárquicos, no sentimento de dificuldades, mesmo que psicológicos, para a solução de assuntos mais imediatos. ----*

*Esta Assembleia Municipal e todos os outros órgãos autárquicos mais diretamente – Câmara Municipal e Junta de freguesia da União de Campo e Sobrado – têm tomado posições consensuais, condenando este processo de agregação, considerando-o um erro extraordinário, tomando sempre posição unanime pela criação da freguesia de Campo e da freguesia de Sobrado. -----*

*Com as posições assumidas pelo governo atual, que já se disponibilizou para aceitar e rever todos os processos de agregação, se assim for a vontade das populações lesadas com as agregações, está aberta a possibilidade de revertemos esta situação. Assim a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária realizada a 26 de fevereiro de 2018, assume com clareza, a defesa da reposição das freguesias de Campo e da freguesia de Sobrado. -----*

*Pela criação das freguesias de Campo e Sobrado. -----*

*Esta Moção será enviada: -----*

*À Junta de Freguesia da União de Campo e Sobrado; à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado; ao Governo da República e a todos os Partidos Políticos com assento na Assembleia da República.” -----*

De seguida fez a leitura de uma **Recomendação** anexa à presente ata como **Doc.4**, cujo teor se transcreve. -----

“Transportes públicos em Sobrado -----

*É reconhecido por todos, a importância que os transportes públicos têm no serviço prestado às populações. Cabe neste reconhecimento, a importância que têm a STCP para a população da maior parte do nosso concelho. -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*No início deste ano de 2018, a STCP passou para a responsabilidade dos seis municípios – Porto, Gaia, Gondomar, Maia, Matosinhos e Valongo – que com o governo, acordaram e aceitaram a gestão da rede de transporte. -----*

*Ficou aberto um novo processo de gestão e, independentemente das reservas por nós manifestadas na altura, pretendemos apresentar propostas que possam melhorar as respostas delas pela STCP, de forma a melhor servir o concelho. -----*

*A população de Sobrado, depende de serviços prestados por carreiras privadas, com as quais existem acordos exclusivos para a exploração rodoviária de passageiros. -----*

*A população de Sobrado sente-se: mal servida em horários de passagem, salienta-se que aos fins-de-semana há claro isolamento para com o resto do Concelho, duplamente penalizada com os preços praticados e com o facto de terem de efetuar dois pagamentos se desejarem trocar de carreira para outros destinos a partir de Campo. -----*

*Tendo em conta os prejuízos à população de Sobrado, conjugado com as novas responsabilidades da Câmara Municipal de Valongo na gestão da STCP, propomos que AM recomende à CM que sejam encontradas as melhores soluções para defesa dos direitos dos Sobradenses. Recomendando que sejam estudadas soluções para a cobertura de Sobrado pelos STCP, disponibilizando mais horários e integrando este percurso no zoneamento do Andante.” -----*

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, começou por dizer que foi dada hoje, por volta das 13 horas, resposta a um requerimento que tinham apresentado na última Assembleia Municipal, que tem cerca de 150 folhas, não dando possibilidade aos Membros da Assembleia para o analisarem, uma resposta em cima do joelho, em cima da hora, como é habitual por parte do Senhor Presidente da Câmara, com total desrespeito pela Assembleia Municipal, situação com a qual o Senhor Presidente da Assembleia compactua. -----

Questionou de seguida o Senhor Presidente da Assembleia se concorda com este tipo de procedimento por parte do Senhor Presidente da Câmara. -----

Receberam resposta a outros requerimentos, relativamente ao requerimento n.º 1 olhando para a resposta que a Senhora Chefe de Gabinete enviou ao Senhor Presidente da Assembleia, e este depois lhes transmitiu, diz que os dados são públicos e encontram-se disponíveis no portal dos contratos e é colocado do lá o site. -----

Disse de seguida que esse requerimento não pergunta qual o é o site, o requerimento n.º 1 solicita: ---

1 – Montantes de todos os ajustes diretos feitos pela Câmara Municipal de Valongo; -----

2 – As entidades a que esses ajustes também foram; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

3 - As propostas orçamentos que estiveram na base dos ajustes diretos. -----  
Perguntas claras e objetivas, e olhando para a resposta dada pela Câmara gostaria de saber se o Senhor Presidente da Assembleia se sente confortável com a mesma. -----  
Se for consultar o base.gov encontra alguma informação mas não encontra os anexos respeitantes àquilo que procuram, e ainda lhes é dito que em caso de dúvida relativamente a algum procedimento em concreto pode ser requerida cópia do mesmo ou consultado o processo em causa. -----  
O problema é que existem dúvidas relativamente a todos e têm o direito de ter dúvidas relativamente a todos, reapresentando, novamente o requerimento. -----  
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia é responsável pela ausência de resposta, porque isto não é resposta que se dê e muito menos é clara. -----  
Assim, esperam que o Senhor Presidente da Assembleia assuma as funções de Presidente da mesa e lhes diga o que está a fazer junto do Presidente da Câmara para que estas situações possam ser resolvidas, e não com um telefonema como é costume, mas sim com documentos oficiais a questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre as respostas que não chegam atempadamente e de forma incompleta. -----

**Requerimento** n.º 1, V2, ajustes diretos anexo à presente ata como **Doc.5**, cujo teor se transcreve: ---  
“Requerimento Nº 1 /2017-2021 GM PPD/PSD 22-12-2017, novamente apresentado em 26-2-2018 por resposta da CMV não providenciar minimamente as informações solicitadas. Requerimento Nº 1 V2 / 2017-2021 GM PPD/PSD 26-2-2018 -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD vem por este meio requerer, á Câmara através da mesa que nos sejam facultadas mensalmente as seguintes informações: -----

1. Montantes de todos os ajustes diretos feitos pela Câmara Municipal de Valongo. -----
2. Entidades a que esses ajustes diretos foram feitos. -----
3. Objeto desses mesmos ajustes diretos. -----
4. As propostas/orçamentos que estiveram na base dos ajustes diretos. -----

Este requerimento será válido para todo o mandato de 2017-2021, e a informação deve ser-nos facultada mensalmente.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, apresentou os seguintes os seguintes documentos: -----

**Recomendação** anexa à presente ata como **Doc.6**, cujo teor se transcreve: -----  
“Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município de Valongo -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*A precarização do trabalho tem sido uma marca da degradação das relações laborais nos últimos anos. Não apenas no setor privado, mas também no Estado, disseminaram-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicam-se vínculos não permanentes, falsas prestações de serviço, utilização de estágios para preencher necessidades permanentes, formas de intermediação laboral precarizadoras, o recurso a programas ocupacionais para preencher, com um custo muito reduzido, verdadeiras necessidades permanentes dos serviços. -----*

*Também nas autarquias foi assim. O artigo 19.º da Lei do OE para 2016 determinou a realização de um levantamento da contratação de natureza temporária na administração pública. Após um primeiro relatório divulgado a 31 de janeiro de 2017, nos dados entretanto reportados à DGAL e conhecidos em dezembro de 2017, os organismos da administração local reconheciam existir 15.758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes, dos quais cerca de metade (46,6%) são desempregados colocados pelo instituto do Emprego e Formação profissional (IEFP). O número indicado pelas Câmaras, juntas de freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais, representa 14% do total de trabalhadores da administração local. -----*

*O programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos na Administração Pública (PREVPAP) é, mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos. Todos os organismos públicos, também na administração local, são chamados a regularizar as situações de precariedade, cumprindo os procedimentos previstos na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. Trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivos da maior importância: o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no setor público diz respeito. -----*

*Assim a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2018, delibera recomendar ao Executivo camarário: -----*

- 1. A divulgação a esta Assembleia Municipal, com urgência, dos dados transmitidos pela câmara Municipal à DGAL relativos à existência de vínculos precários na autarquia, discriminado o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas; -----*
- 2. A rápida implementação do processo de regularização de todos os vínculos precários existentes na autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017; -----*
- 3. Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser tido em conta na regularização.” -----*

**Recomendação** anexa à presente ata como **Doc.7**, cujo teor se transcreve: -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*“Sem animais, Circo, Sim! -----  
Em 2009, o Bloco de Esquerda foi pioneiro na defesa da proibição de animais selvagens em circos. Ao longo destes anos, várias têm sido as propostas de iniciativas legislativas e, implementadas regulamentações e alterações regulamentares sobre o bem-estar animal, a arte circense, as condições sanitárias aplicáveis á circulação de animais de circo. -----  
Na sequência do Tratado de Lisboa, a proteção do bem-estar dos animais, foi incluída no artigo 13.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia e, conseqüentemente, elevado a principio constitucional de Direito da União Europeia. -----  
A proibição de aquisição de novos exemplares de animais, cuja listagem está plasmada na portaria 1226/2009, ou a reprodução dos que existiam aquando do seu registo no instituto da Conservação da natureza a das Florestas, em 2009, parece não estar a ser cumprida. -----  
Números da Direção geral de Alimentação e Veterinária, apontam para um valor ainda superior a 1100 espécies selvagens utilizados em atividades circenses a nível nacional. Acrescendo a este número, houve já denúncias de existência de crias animais em situação, posteriores á publicação da referida portaria, o que releva incumprimento legal e a ausência de fiscalização. -----  
Recentemente com a introdução da nova Lei n.º 8/2017, de 03 de março, que estabelece o regime jurídico dos animais, prevê que “O proprietário de um animal deve de assegurar o seu bem-estar e respeitar as características de cada espécie...”, no seu artigo 1305.º-A. -----  
Parece-nos óbvio a constatação que as condições de vida, de transporte e de manutenção, em cativeiro, daqueles animais, são desadequadas, deploráveis e contranatura, tal como os exercícios e atuações a que são sujeitos e, atentatórios do bem-estar que lhes é devido. -----  
Relembramos ainda as cruéis metodologias de treino utilizadas, que infligem maus tratos aos animais, e a violência com que frequentemente são utilizados. Reportados estão os exemplos de práticas com chicotes, barras de ferro, choques elétricos e outras, para refinar o adestramento e punir sinais de desobediência. -----  
Regista-se ainda condições de segurança e saúde pública, relativamente aos animais em circo não são convenientemente acauteladas. Todos temos ouvido, relatos de animais de circo, que fogem e se aproximam de zonas habitacionais, incluindo em Portugal, nunca conseguindo prever que tipo de reações terão ou que perigosidade, efetiva ou potencial oferecem. -----  
Relativamente a questão da saúde pública, temos que a não vigilância veterinária permanente, aliada à contínua itinerância dos circos, potencia o risco de difusão de doenças infectocontagiosas, como, por exemplo: tuberculose, leishmaniose, hepatite, transmissíveis aos seres humanos, agravado pelo facto de não haver um sistema de vacinação para os animais selvagens. -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Por outro lado se almejarmos como principio de crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens, o respeito pela biodiversidade, pela ecologia e meio ambiente, e pela dignidade do animal, é obviamente antipedagógico a assistência aos números de circo com animais, pelas condições inicialmente apontadas de transporte, manutenção, treino e atuações contranatura, com instrumentos de agressividade como chicotes e barras de ferro-condições não compatíveis com valores como os do afeto, respeito e liberdade. -----*

*Felizmente a progressiva sensibilidade e bom senso da população, para a causa animal, nomeadamente das crianças e jovens, tem induzido a uma diminuição da utilização de animais no considerado circo tradicional, valorizando, conseqüentemente, as artes circenses performativas e contemporâneas, perpetradas pelo próprio se humano, com públicos cada vez mais exigentes, para a superação dos limites do imaginário. -----*

*Em todo o mundo, e particularmente na europa, é crescente o número de países que já restringem ou interditam a utilização de animais nas atuações circenses. -----*

*Considerando o exposto, o Bloco de Esquerda, propõe que a Assembleia Municipal, reunida a 26 de fevereiro de 2018, delibere recomendar à câmara Municipal de Valongo que: -----*

- 1. No âmbito das suas competências: -----*
  - a) Exclua apoio institucional e cedência de recursos físicos ou humanos a todos os espetáculos públicos que incluam a exibição ou utilização de animais, excepcionado os de caracter demonstrativo das entidades institucionais; -----*
  - b) Fiscalize as condições de segurança e higieno-sanitárias, em que as atividades com exibição e atuação de animais, se desenvolvam; -----*
  - c) Não emita licenças a espetáculos circenses, que incluam a exibição ou utilização de animais.” -*

**Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.8**, cujo teor se transcreve: -----

**“Educação -----**

*Na sequência do acoro de Colaboração para a Requalificação e Modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Ermesinde, entre o Ministério da Educação e o Município de Valongo, estava prevista uma comparticipação do Município de 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos euros), numa percentagem de 7.5%, face ao montante estimado de 3.900,000 (três milhões e novecentos mil euros, com o acordo a ser publicado em Diário da Republica n.º 192/2017, Série II de 2017-10-04, acordo n.º 59/2017. -----*

*Supostamente no mesmo período uma outra publicação, deveria ter saído em Diário da Republica e que não conseguimos encontrar: o Acordo de Colaboração para a Requalificação e modernização das instalações da Escola básica e Secundária de Valongo – 1.ª fase, que previa um investimento do*



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

*município no valor 7.500.00€ (sete mil e quinhentos euros), numa comparticipação de 7.5€ face ao montante previsto de 100.000.00€ (cem mil euros), presumivelmente para a elaboração de um projeto de intervenção e requalificação. -----*

*No recém-aprovado Orçamento Municipal, para 2018 verificamos que para a requalificação e Modernização da escola básica e Secundária de Ermesinde, estavam cabimentos de 3.0066.265,00€ (três milhões e sessenta e seis mil e duzentos e sessenta e cinco euros), e para o mesmo serviço relativamente á Escola Básica e Secundária de Valongo, um valor de 464.632,00€ (Quatrocentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e trinta e dois mil euros). -----*

*Neste mesmo orçamento, está ainda inscrita uma verba de 460.127,00€ (Quatrocentos e sessenta mil e cento e vinte sete euros) para “escolas diversas” e ainda uma outra verba de 475.000,00€ (quatrocentos e setenta e cinco mil euros) para substituição das coberturas em fibrocimento, em 7 escolas básicas do Concelho. -----*

*Atendendo a estes considerandos o Bloco de Esquerda, requer, por via do Sr. presidente da Mesa da assembleia Municipal, os seguintes esclarecimentos: -----*

- 1. Qual a publicação do Diário da República, em que está vertido o acordo relativamente à Escola Básica Secundária de Valongo? -----*
- 2. A que se deve este diferencial de verbas cabimentados para ambas as escolas? -----*
- 3. O presumível projeto para a intervenção e requalificação da Escola Secundária de Valongo, em que situação está? -----*
- 4. No item “Escolas Diversas”, que tipo de investimento está previsto e para que escolas? Estão aqui refletidas intervenções de requalificação? Para as escolas? E para quando? -----*
- 5. Para quando estão previstas as obras de substituição de coberturas de fibrocimento nas escolas básicas de Cabeda, Lombelho, Codiceira. Balseilhas, Retorta, Susão e Xisto. -----*
- 6. De forma injustificada, parece-nos que a escola básica Vallis Longus, foi esquecida. Que diligências tem o Município assumido face à necessidade de requalificação urgente desta escola? Há alguma verba, na rubrica de Escolas Diversas”, que esteja destinada a esta escola?” -----*

**Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.9**, cujo teor se transcreve: -----

*“Relativamente à primeira alteração de mapa de pessoal para 2018 e reestruturação dos serviços municipais, pretende o Bloco de Esquerda, resposta às seguintes questões: -----*

- 1. Dos 624 funcionários propostos: -----*
  - a) Quantos estão atualmente em exercício efetivo de funções? -----*
  - b) Quantos estão a exercer funções no Município, provenientes de outros setores/instituições públicas? -----*



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

- c) *Quantos funcionários estão ausentes, por força da valorização profissional da função pública (anterior mobilidade especial)? -----*
- d) *Quantos funcionários prestam serviço ao Município, com vínculo contratual precário e a que áreas estão afetos? -----*

*O bloco de Esquerda solicita que lhe seja cedido listagem detalhada de todos os funcionários ao serviço do município, bem como função e local de desenvolvimento da tarefa/trabalho, tipo de vínculo contratual (tipo de Contrato, entidade e duração do mesmo), incluindo os que estão ao abrigo de protocolos e acordos de colaboração/cooperação/execução, ou sob alçada de programas do instituto de Emprego e Formação profissional.” -----*

**Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.10**, cujo teor se transcreve: -----  
*“Na sequência da 3.ª adenda aos acordos de execução, o Bloco de Esquerda, solicita à Câmara Municipal de Valongo, através do presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que nos esclareça sob competência de que junta de freguesia, estão os espaços verdes e a varredura da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, entra a rua de Cabeda e o início da rua Ribeiro de Cambado, assim como da faixa verde, de propriedade Municipal, na Zona posterior do edificado entre números 2445 e 2699, da mesma avenida, uma vez que este território desde a recente divisão dos limites territoriais, está presumivelmente sob alçada da junta freguesia de Valongo, sem que no entanto, estes espaços, estejam contemplados nos acordos de execução relativos a esta freguesia.” -----*

Disse de seguida que pretendia reportar duas situações, uma relativamente à limpeza de terrenos, na rua Tenente Salgueiro Maia existe um lote de terreno que se encontra no interior de uma urbanização e está há cerca de 17/18 anos sem ser limpo, constituindo perigo, em caso de incêndio, para os carros que estacionam junto ao terreno, bem como para as casas ali existente. -----

Relativamente à Escola dos Lagueirões, existe um jardim em frente à escola, com uma passagem pedonal, tendo a Câmara em vez de ter colocado lá sebes para recompor o espaço para que as pessoas não passassem pelo jardim, colocou lajes de ardósia que com o tempo ficaram tapadas pela lama não impedindo a passagem pedonal, e tornando a passagem mais perigosa pois torna-se escorregadio. Posteriormente tiraram as ardósias e colocaram toros em madeira, que ficaram bonitos mas com as intempéries a madeira foi apodrecendo, chameando à atenção para essa situação. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que relativamente ao documento que receberam hoje da Expoval foi a resposta a uma questão que colocou na última Assembleia Municipal, alertando para o facto de se tratar de um documento com data de janeiro tendo levado 26 dias a ser enviado por email. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Do pouco que conseguiu ver do documento verificou que na segunda página há uma intervenção do Presidente da Cooperativa Agrícola de Valongo e depois é, completamente, ignorado no restante documento. -----

No quadro onde constam as entidades que participaram na organização a cooperativa não consta dele, não percebendo o porquê a cooperativa na Expoval tem um objetivo claro que é o de facilitar todo o procedimento para os contratos que são feitos, nomeadamente com os artistas. -----

Disse de seguida que verificou, no base.gov, uma série de procedimentos incompletos. Por exemplo: O ajuste de 9.900 euros à empresa Miguel Ângelo Produções, referente a insufláveis, deduz que seja com IVA, pois não consegue saber dado que não há anexos no procedimento, não conseguem saber se foi consultado mais alguém, se houve mais alguma entidade a dar orçamento para esse serviço. ---  
Relativamente ao serviço de Lingual Gestual existe um contrato mas não se sabe a quem nem qual o valor. -----

Continuou dizendo que a Câmara comprou 3.910 euros em blocos de notas à empresa Freitas e Brito, não se sabe se foi consultada mais alguma empresa; compraram carros de basquetebol no valor de 20.450 euros; aquisição de serviços de consultoria em comunicação, para implementação do plano de comunicação e avaliação e aferição da estratégia desenvolvida pelo Município de Valongo, ou seja, aquilo que normalmente os partidos fazem, as sondagens. O Senhor Presidente quer fazer uma sondagem para saber qual é a opinião que os munícipes têm sobre o trabalho da Câmara, mas isso vai custar 25.450 euros mais IVA. -----

-Disse que o Senhor Presidente da Assembleia enquanto o garante da democracia e da transparência da Assembleia, enquanto não tiver todos os documentos, ou pelo menos a informação que acha necessária, para dar resposta ao solicitado pela Assembleia Municipal, não deveria convocar as Assembleias Municipais de forma a garantir que os documentos solicitados sejam todos entregues. ---

De seguida que relativamente à visita que fizeram aos Bombeiros Voluntários de Ermesinde tiveram a oportunidade de terem presente uma série de necessidades que a direção dos bombeiros manifestou, nomeadamente em obras que são necessárias fazer no quartel para terem uma camarata para as bombas senhoras, bem como alguns investimentos em viaturas e uma autoescada que neste momento não têm e recorrem à Maia no caso de haver incêndios urbanos. -----

Assim, solicitava ao Senhor Presidente da Assembleia que transmitisse à Câmara Municipal os problemas com que os Bombeiros Voluntários de Ermesinde, pois num ano que a Câmara aumentou os impostos de uma forma absurda, o apoio às instituições também deveria ser aumentado de uma forma absurda. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De acordo com o que foi transmitido pelo Comandante dos Bombeiros de Ermesinde, Valongo é dos concelhos que menos apoio dá aos bombeiros, e se a Câmara tem 127 mil euros para ter prejuízo com a Expoval, se gasta 100 mil euros com a Aldeia de Natal, não podem ficar satisfeitos por dar 72 mil euros a cada uma das instituições dos bombeiros. -----

Disse, ainda, que no Município de Valongo, inicialmente, o apoio que davam às associações tinha diferenças entre as associações culturais face às desportivas, mas agora a grande diferença é entre as instituições que têm instalações próprias e as que não têm e que usufruem das instalações municipais. Os bombeiros de Ermesinde e os de Valongo têm que pagar a água, a luz, tendo sido novidade para o Senhor Presidente da Assembleia que o valor da tarifa da água tinha duplicado para os bombeiros, que desconhecia que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito na Assembleia que as IPSS e os bombeiros iriam ser compensados no valor que iriam pagar a mais pela água. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, começou por dizer que de facto as respostas aos requerimentos apresentados são vergonhosas, e deveria haver mais respeito pela Assembleia Municipal. -----

O requerimento que fizeram sobre a limpeza de terrenos foi-lhe dada a resposta em 22 de fevereiro, a qual considera vergonhosa, perguntaram a lista de terrenos da camara e a última limpeza efetuada pela camara a cada terreno, foi-lhe enviado como resposta um livro em Excel com três folhas que tem 2011/2017, verificou que havia terrenos que estavam limpos em 2011 e não estavam em 2017, ou seja não lhe foi dada a informação que solicitou. -----

Relativamente ao pedido feito sobre as rendas, onde apenas pretendem saber quanto paga um determinado caso, dizem que essas contas são públicas, que precisam saber qual é o empreendimento, não foi bem dado o valor, que não está de acordo com a lei. -----

Quanto ao requerimento que fizeram sobre a obra, que está avançar a todo o vapor, na Rua José Joaquim Ribeiro Teles, ainda não obtiveram resposta, ou se esta foi dada foi hoje de tarde e o Líder não teve oportunidade de lha encaminhar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, pessoa pela qual tem todo o respeito que tenta levar a Assembleia de forma equilibrada e justa, perante estas atrocidades mantem-se calado e conivente, e isso não pode acontecer porque tem que haver respeito para com os Membros da Assembleia Municipal, e o respeito passa por dar todos os esclarecimentos que são solicitados. -----

De seguida fez o seguinte **Requerimento**: -----  
“Em 2017 e 2018 quantas árvores, e espécies e onde as plantou a Camara Municipal de Valongo nos espaços públicos, nos diversos núcleos urbanos do concelho e quantas destas árvores sobreviveram.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida fez a leitura de uma **Recomendação** anexa à presente ata como **Doc.11**, cujo teor se transcreve: -----

*“Campanha de poupança da água -----*

*A água é um bem comum, considerada por muitos cientistas a substância mais extraordinária do planeta. -----*

*É um recurso natural escasso, sob a ameaça do crescimento da população, da urbanização, da industrialização e da agricultura industrializada, fontes de desperdício e de poluição. -----*

*Para o capitalismo, que em tudo procura fontes de lucro, ela não é mais que uma mercadoria. Chamam-lhe mesmo o ouro azul. -----*

*Mas a água é outra coisa, é a fonte de toda a vida, desde o início. É indispensável à vida e às atividades humanas. Não poluir, não mercantilizar, não desperdiçar, são necessidades vitais e responsabilidade moral de cada um de nós e das instituições político-administrativas que nos regem. -----*

*No último ano, tem-se feito sentir, além do mais, uma escassez de chuva, que tem levado a uma prolongada situação de relativa seca. Embora na nossa região, situada no noroeste húmido da Península, a seca não seja muito grave, não deixam de ser necessárias e urgentes medidas de incentivo e de educação da população para o consumo racional e poupança de água. -----*

*Todos aqui sabem que, desde que o abastecimento de água e o saneamento de Valongo foram transformados num negócio - aliás ruinoso para o município – não foi nunca feito o mínimo esforço para incentivar à poupança da água. Obviamente. A água agora é apenas um negócio chorudo, mas só para a multinacional que embolsa os lucros. Não faz mal que se estrague, que se desperdice. O que interessa é que se consuma e que se pague. -----*

*Desde a privatização da água e do saneamento em Valongo que o município, gerido ora pelo PSD-CDS, ora pelo PS, se tem igualmente absterido de qualquer ação educativa e cívica dirigida aos munícipes, tendente a um uso informado e consciencioso do sistema de saneamento público. -----*

*Estando as coisas assim, propomos que a AM recomende à Câmara Municipal de Valongo que, a muito curto prazo, lance uma campanha de sensibilização e de educação pública, apelando à poupança de água e ao uso correto do sistema de saneamento. A campanha deverá constar de conteúdos claros e concisos e ser dirigida quer aos adultos, quer às crianças e jovens, usando meios, suportes e linguagem adequada a cada faixa etária. -----*

*Todas as medidas a tomar, tanto para a poupança de água, como para o uso racional dos sistemas de saneamento, são bem conhecidas. Não é difícil. Assim haja vontade.” -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, fez a leitura de um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.12**, cujo teor se transcreve: -----

*“Requerimento n.º 5 72017- 2021 GM PPD/PSD 26.02.2018 -----*

*Considerando que as alegadas respostas fornecidas ao requerimento n.º 3/2017-2021 GM PPD/PSD 22-12-2017 não responderam realmente ao que foi requerido, serve a presente para questionar a Câmara Municipal, através da mesa, o seguinte, requerendo respostas diretas, ainda que fundamentadas: -----*

*- Significa a rebuscada resposta fornecida por e-mail da senhora Chefe de gabinete do Presidente da Câmara, em 14 de fevereiro de 2018 pelas 11:17, que não existiu qualquer pré-acordo celebrado entre a autarquia e a empresa JDC no âmbito do processo n.º 69-OC-2017? -----*

*- De que Forma ficou o Senhor Presidente da Câmara a conhecer da inexistência de verificação de qualquer alteração objetiva de circunstância ou novos factos técnicos científicos entre o momento da apreciação do projeto de arquitetura e o momento em que foi requerida a reunião? -----*

*Nomeadamente: -----*

*- Foi ouvida alguma identidade? Qual? -----*

*- Foram ouvidos os contra-interessados? Quais? -----*

*- Foi ouvido algum munícipe? Quem? -----*

*- Foi recolhido algum elemento de prova? -----*

*- Foram conhecidos os argumentos e os elementos documentais que na reunião requerida seriam apresentados pelos requerentes da reunião?” -----*

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no final da reunião o que foi aceite por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão **1 – Eleição do candidato a novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto**, a eleição efetuou-se por escrutínio secreto verificando-se a seguinte votação:

Favor: 22 votos -----

Contra: 1 voto -----

Branco: 2 votos -----

Nulos: 1 voto -----

Colocou de seguida à discussão o ponto **2 - Aprovação da ata da sessão realizada no dia 22.12.2017**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto **3.1 - Proposta de Organização dos Serviços Municipais**. –





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

-----  
O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Fernando Jorge das Neves Ferreira**, disse que o PS considera da carta de princípios que a democracia não é um facto estabelecido de uma vez por todas mas sim dinâmica. -----

O partido socialista tem no município a responsabilidade de governar mas não só, tem também a responsabilidade de tudo fazer para resolver os problemas dos valonguenses e melhorar a sua qualidade de vida, neste contexto entende o atual executivo que o organograma deverá de resultar da experiencia acumulada das pessoas, das estruturas, dos problemas do dia-a-dia e da melhor forma para os resolver, com transparência e com conhecimento. -----

O que, hoje, se pede ao executivo é que encontre a melhor estratégia para cumprir a sua missão com inteligência, com a ética, de quem tem um desígnio, com a legitimidade de quem foi sufragado e com a liberdade de quem pensa o futuro. -----

A mudança organizacional inerente ao quotidiano é fundamental para a sobrevivência e melhoria das organizações num mundo competitivo, global e mutante, não devem ter preconceitos com a dinâmica das macros estruturas, devem ter humildade democrática e não interferir demasiado com a sabedoria, nunca a confundido com a informação. -----

O PS subscreve a experiencia que o executivo já demonstrou em detrimento da informação que muitos apregoam ter, assim o Grupo Municipal do PS dará o seu voto favorável à nova organização dos serviços municipais. -----

-----  
A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.13**, cujo teor se transcreve: -----

*“Organização dos serviços Municipais -----*

*No dia 20 de novembro de 2013, estava o PS a gerir os destinos desta Câmara há dois meses, quando efetuou uma proposta de reestruturação da estrutura orgânica dos serviços municipais. -----*

*Na altura, a CDU foi a voz mais critica desta Assembleia Municipal, sendo a única que votou contra a estrutura apresentada. -----*

*Dizíamos que, a reboque de uma hipotética poupança de dinheiro, poderíamos estar a colocar em causa o bom funcionamento da câmara, também referíamos que a reorganização deveria ser feita com o objetivo principal de melhoria de serviços para com a população e não apenas com um objetivo de redução previsível de custos. Consideramos, na altura, que tal reestruturação, para além de dar uns bonitos títulos de jornal, podia não passar de um ajuste de contas com os funcionários da confiança política do PSD. -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Passados quatro anos dessa reestruturação, vem agora o PS, se não considerarmos a divisão da Polícia Municipal, aumentar de 8 divisões para 12, exatamente o número que havia há 4 anos. -----  
Dizia o PS “que em termos práticos, a redução em termos de chefias [era] bastante significativa, correspondendo a um abatimento dos cargos dirigentes de 50% em relação à atual estrutura dirigente”, e que por isso era de louvar tal iniciativa. E agora, o que dirá o PS? É de louvar o aumento? -----  
Diziam que “Esta Simplificação estrutural [possibilitava] o aumento da comunicação e flexibilização entre serviços e a desburocratização funcional, com o conseqüente aumento da produtividade e eficiência funcional...Notoriamente uma estrutura menos complexa, menos pesada e obviamente mais flexível em termos funcionais, o que vai ao encontro das necessidades dos munícipes”. Mas a agora apresentada, com 13 divisões, 11 unidades, 3 gabinetes e 1 serviço municipal, também vai de encontro às necessidades dos munícipes? Como justificam esta alteração radical de paradigma? Então não era a estrutura simples e leve que servia a população? -----*

*A verdade é que passados 4 anos, temos o tempo a dar razão à argumentação que a CDU usou para justificar o seu voto contra. A diminuição de estruturas a regra e esquadro apenas alicerçada em contenções de custos, só pode dar mal resultado e se tal não fosse, não teria agora o PS necessidade de criar todas estas estruturas. Foi na altura uma manobra populista que em nada beneficiou as populações. -----*

*É legítimo que agora questionemos esta nova reorganização. Tem por base que necessidades? Aguardávamos que fossem dadas explicações que mostrassem que esta alteração leva “uma maior flexibilidade e capacidade de resposta às solicitações”, mas tal não aconteceu. -----*

*A alteração agora proposta merecia que fosse discutida seriamente com as restantes forças políticas, mas o PS optou, mais uma vez, por fazer uso da sua maioria e seguir sozinho nas decisões relevantes para o funcionamento da Câmara. -----*

*Em última análise, por considerarmos que: -----*

- as melhores soluções são aquelas que são amplamente discutidas. -----*
- não foi apresentada, por parte do PS, qualquer tipo de justificação para esta reestruturação. ---*
- a proposta não sinaliza qualquer vontade, mesmo que apenas a concretizar a médio ou longo prazo, de proceder à necessária mudança de paradigma de gestão municipal, nomeadamente ao nível da valorização e rentabilização dos meios próprios do Município, não perspetivando a remunicipalização gradual de áreas privatizadas. -----*
- Não se compreender que se discuta a estruturação dos serviços municipais sem abranger todo o universo municipal, incluindo empresas municipais. A Vallis Habita gere uma das funções sociais mais importantes prestadas pela autarquia e não é sequer referida. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Iremos votar contra a proposta apresentada.” -----*

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.14**, cujo teor se transcreve: -----

*“A presente proposta de organização dos serviços municipais presente afigura-se-nos manifestamente desajustados e desfasada da realidade, apresentando um incompreensível desequilíbrio entre as diferentes áreas de atuação municipais. -----*

*Como explicar a existência de uma Divisão de Logística com 220 funcionários, por um lado, e de uma divisão da Cidadania e empreendedorismo Social com 7 funcionários, por outro?!? -----*

*Consideramos, note-se que as áreas que esta última abarca são relevantes, mas o protagonismo ou o mediatismo que potenciam ao Senhor Presidente não podem, de todo, justificar a canalização de recursos que podiam ser alocados a áreas claramente prejudicadas neste exercício dos serviços.*

*Falamos, por exemplo, da educação, que o atual Presidente da Câmara reiteradamente apontou como sendo uma das grandes prioridades para este mandato. Com cerca de 70 colaboradores afetos em sede de mapa de pessoal e uma panóplia de atribuições que só por si justifica a criação de uma Divisão – ao que se junta a explicável (e desejável) descentralização de competências nesta área – é incompreensível a forma como esta área foi desprezada pela maioria socialista no executivo camarário. Lamentavelmente é também o facto de, no sentido inverso ao do país e da própria União Europeia, que coloca a qualificação da população adulta como propriedade estratégica com vista ao desenvolvimento e coesão social, o Município de Valongo parece perceber a educação restrita ao contexto escolar e à infância e juventude. Verifica-se, aliás, uma manifesta postura de discriminação da educação não-formal e informal, de que é exemplo o facto de o Município se ter recusado a integrar a Rede Local de Educação, Formação e Aprendizagem ao longo da Vida, criada a 07 de julho de 2017, com vista articular as respostas educativas e formativas que permitam a elevação das qualificações escolares e profissionais da população jovem e adulta do concelho de Valongo. Ora, perante uma Rede que integra os seis Agrupamentos de escolas do concelho, as cinco entidades formadoras com atuação neste território, o Centro de Emprego e associação Industrial e Empresarial de Valongo, num total de treze parceiros, questionamos seriamente os motivos que levam a Câmara a não querer fazer parte desta Rede. -----*

*Também a ação Social, outra área nevrálgica da atuação autarquia, não acolheu a devida relevância nesta macroestrutura, sobretudo tendo em conta que também nessa matéria, e na saúde, está prevista a descentralização de competências. O mesmo será dizer que esta Câmara não evidencia uma necessária visão estratégica, na medida em que não prepara adequadamente a sua estrutura para*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*corresponder de forma ágil e adequada a importantes vindouros. Estranhamente, opta antes por não autonomizar duas áreas que englobam 116 funcionários e que, de per si, teriam importância estratégica para serem consideradas individualmente... -----*

*Não podemos deixar de referir a Divisão do ambiente como sendo outro mau exemplo: num mandato em que o ambiente e Parque das Serras do porto são supostamente importantes bandeiras e em que a prevenção dos incêndios ganha tanta relevância, a dimensão desta unidade orgânica não nos parece minimamente adequada. -----*

*Uma novidade é a Criação Da Policia Municipal. Nos dias de hoje, quando nem a fiscalização do estacionamento é competência da câmara, muito nos surpreende, ver nesta proposta vertida a criação de uma estrutura municipal que no nosso entendimento servirá para aumentar os encargos de funcionamento e muito pouco acrescentará à eficiência dos serviços. Sabemos que os “outros” têm... tal como foi argumentado em sede de reunião de câmara! Mas o facto de os “outros” terem, e que criaram há cerca de 20 anos, não significa que Valongo tenha de ter, muito menos quando parte das competências deste serviço passaram agora, por proposta sua, para a empresa concessionária do estacionamento. -----*

*Estes são meros exemplos práticos do que resultará numa estrutura pouco eficaz e eficiente. -----*

*Sobretudo, consideramos que esta proposta materializa mais um abuso do voto de confiança que a população conferiu à maioria socialista. Como se passa de defender a “redução de 50% das chefias na CMV para reforçar o fundo de emergência social de apoio às famílias mais carenciadas e às crianças em risco alimentar” – citando compromissos recentes do Partido Socialista – para uma duplicação dos cargos de chefia em relação à macroestrutura herdada do PSD!??? Percebemos agora o brutal aumento das taxas e impostos municipais... É que (como se não bastasse o claro aumento dos encargos com o Gabinete de Apoio à Presidencia e Vereação!), a receita arrecadada servirá certamente, bem ao contrário do anunciado, para alimentar este grande aumento dos cargos de chefia na Câmara municipal. -----*

*É caso para dizer: mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e – sobretudo – as atitudes...” -----*

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que já no mandato anterior referiu que após algum tempo da implementação da macroestrutura que propôs na altura assumiu não era a mais adequada às necessidades da Câmara. -----

O que estão a propor é uma alteração fundamentada em quatro anos de experiência, continuando a ter uma leve e muito menor do que a de outros municípios com a mesma dimensão. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Avançaram com a Polícia Municipal por várias razões, não se esgota nas decisões da fiscalização do trânsito, bem como vai levar algum tempo a implementar. -----

Nos próximos tempos vai haver necessidade de reforçar o quadro de pessoal da Câmara, foram admitidas mais 15 pessoas para as escolas, além das 10 admitidas no ano passado, com o objetivo de acabar com o trabalho precário. -----

Nos últimos quatro anos conseguiram fazer a desmaterialização, conseguiram dar avanços em muitas áreas. -----

O Mais Val é um programa que os distingue, criaram a Unidade de Educação, mantendo-a juntamente com a Ação Social, porque o que verificaram é que o sucesso ou insucesso das crianças é uma questão social. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 3.1 - Proposta de Organização dos Serviços Municipais, sendo **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos Favor:** 17 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa, 1 do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Miguel António Pereira de Oliveira e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves. -----

**Votos Contra:** 11 votos contra, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal da CDU e 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP: -----

**Abstenções:** 2 abstenções, sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3.2 – Projeto de Regulamento que estabelece a constituição da figura do/a Provedor/a do Município de Valongo e respetivo Estatuto. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.15**, cujo teor se transcreve: -----

*“Não entendemos a justificação da necessidade da criação da figura do Provedor. -----  
Em consultas efetuadas a este propósito, descobrimos “O Portal da Queixa”. Esta pesquisa foi suscitada pela curiosidade de conhecer onde tal ideia estará a ser implementada. Sinceramente, desistimos da leitura acerca das experiências existentes, porque todas elas são autênticos fiascos. -----  
Mas atentemos às queixas apresentadas à Câmara de Valongo e às respostas. Na sua maioria são questões que podem e devem ser colocadas aos eleitos de todas as forças políticas, que por sua vez,*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*se tiverem competências as devem solucionar ou então as devem fazer chegar aos órgãos com poder executivo – às juntas de freguesia ou à câmara municipal, junto dos vereadores, mais concretamente daqueles que exerce, a sua atividade a tempo inteiro e a meio tempo o que perfaz uma disponibilidade de 6 pessoas. Pela nossa parte, CDU, estamos sempre disponíveis para o fazer. -----*

*Saliente-se que os vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, chefiam gabinetes diversos, com experiências, conhecimentos e capacidades de respostas às solicitações dos munícipes. Sem intermediários e sem cartões, como diz o outro, no “Portal das Queixas” e isto, sem qualquer ideia depreciativa para com este projeto. No portal podemos verificar a existência de 48 Reclamações, 69% respondidas, e 32 como indicação do Índice de satisfação. Desconhecemos a promoção que foi feita para que os cidadãos saibam que existe. -----*

*Poderá o senhor Presidente da Câmara dar-se por satisfeito pela concretização desta medida do provedor? Não servirá esta medida apenas para usar da mesma forma que usa a “transparência” da CM? Que efeitos reais terá na vida dos Valonguenses? Não será esta medida essencialmente propaganda? Não será na realidade mais um degrau para os Valonguenses subirem até chegarem a quem lhes pode realmente resolver os problemas? -----*

*Perante a ideia de tomar posição sobre a criação da figura do Provedor do Município, ficamos com a sensação de estar perante a criação de mais um posto de trabalho de um avençado que irá receber ajudas de custo como forma de pagamento, uma vez que se pode ler no artigo 15º do regulamento que estamos a discutir que as “despesas inerentes ao exercício das suas funções, como deslocações ou outras, [ficarão] a cargo do Município de Valongo, devendo prever-se uma verba no Orçamento Municipal”. -----*

*Votaremos contra e esperamos nunca termos necessidade de recorrer a tal figura para ver respondidos em tempo útil às dúvidas e aos problemas que aqui colocamos. Tentaremos continuar a optar pelo contacto direto com os responsáveis eleitos em todos os órgãos autárquicos do nosso concelho, ou, na pior das hipóteses através do Portal da Queixa.” -----*

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, fez a leitura de uma **Proposta** que se anexa à presente ata como **Doc.16**, cujo teor se transcreve: -----

*“Proposta -----*

*A figura de Provedor do Município deverá estar ao serviço dos munícipes e não de qualquer responsável político. Razão pela qual se mostra fundamental que possa exercer o seu mandato de forma autónoma e transparente. -----*



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

*De forma a salvaguardar a autonomia da atividade do provedor do Município, mostra-se fulcral que este possa dirigir diretamente os pedidos de informação para os serviços competentes, sem prejuízo destes poderem validar superiormente tal pedido em caso de dúvidas. Neste sentido, propõe-se as seguintes alterações aos números 2 e 3 do artigo 6.º: -----*

*- Que do artigo 6.º, n.º 2, passe a constar: “Os pedidos de informação do/a Provedor do Município são dirigidos aos serviços competentes”; -----*

*- Que do artigo 6.º, n.º 3, seja eliminada a ultima oração, ou seja, “Sempre com prévia autorização do/a Presidente da Câmara ou Vereador/a”. -----*

*De forma a assegurar a transparência da atividade do Provedor do Município é essencial que a informação relativo à sua atividade e o resultado desta seja divulgado de forma frequente e independente. Assim, propõe-se que o artigo 5.º, alínea d), passe a determinar o seguinte: -----*

*- “ Elaborar semestralmente um relatório da sua atividade e os resultados desta a publicar no sítio da internet do Município” -----*

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a questão da divulgação faz sentido. -----

Disse de seguida que o presidente da Câmara é o responsável pelos serviços, e na parte do acesso tem que passar pelo Presidente da Câmara pois é a ele que pedem contas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, para que os Membro da Assembleia pudessem analisar a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, avançou para o assento seguinte colocando á discussão o ponto 3.3 - Proposta de nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse ter algumas reservas quanto ao processo dado este já ter sido adjudicado em 27.12.2017 e só agora vir à aprovação da Assembleia, Órgão competente para a sua aprovação. -----

Vão votar uma proposta de nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal das contas, que já foi nomeado, já está a prestar um serviço desde um de janeiro. -----

Assim, solicitava um melhor esclarecimento quanto ao procedimento que houve. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Anabela Maria Freire de Sousa**, disse a nomeação do auditor externo segundo o disposto no regime das autarquias locais é da competência do Órgão deliberativo, portanto só após esta deliberação é que a nomeação produzirá efeitos. -----  
Disse de seguida que o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a proposta de nomeação do auditor externo responsável pela certificação de contas apresentada pelo executivo camarário, deixando uma recomendação no sentido de que no futuro haja uma maior preocupação com o cumprimento dos prazos, com o lançamento e a conclusão do procedimento contratual ocorra em tempo útil evitando assim o recurso à figura dos efeitos retroativos na vigência do contrato a celebrar. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que o revisor é o Dr. Virgílio Macedo, que já é revisor da Câmara há algum tempo e tem feito um bom trabalho. -----  
Percebe que não foi a forma mais correta, o procedimento já deveria ter sido feito no ano passado. ----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 3.3 - Proposta de nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas, sendo **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

**Votos Favor:** 25 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa, 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Miguel António Pereira de Oliveira e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves. -----

**Votos Contra:** 1 voto contra do Grupo Municipal do BE. -----

**Abstencões:** 4 abstencões, sendo: 2 abstencões do Grupo Municipal da CDU e 1 abstencão do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

De seguida retomou o ponto 3.2 – Projeto de Regulamento que estabelece a constituição da figura do/a Provedor/a do Município de Valongo e respetivo Estatuto. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que pretendia acrescentar uma questão à Proposta apresentada, **Proposta Alterada** anexa à presente ata como **Doc.17**, cujo teor se transcreve: -----

*“Proposta (alterada) -----*





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

*A figura de Provedor do Município deverá estar ao serviço dos munícipes e não de qualquer responsável político. Razão pela qual se mostra fundamental que possa exercer o seu mandato de forma autónoma e transparente.* -----

*De forma a salvaguardar a autonomia da atividade do provedor do Município, mostra-se fulcral que este possa dirigir diretamente os pedidos de informação para os serviços competentes, sem prejuízo destes poderem validar superiormente tal pedido em caso de dúvidas. Neste sentido, propõe-se as seguintes alterações aos números 2 e 3 Do artigo 6.º, bem como ao artigo 14.º, alínea b).* -----

*- Que do artigo 6.º, n.º 2, passe a constar: “Os pedidos de informação do/a Provedor do Município são dirigidos aos serviços competentes”;* -----

*- Que do artigo 6.º, n.º 3, seja eliminada a última oração, ou seja, “Sempre com prévia autorização do/a Presidente da Câmara ou Vereador/a”.* -----

*- Que no artigo 14.º, alínea b), “Câmara Municipal” seja substituída por “Assembleia Municipal”.* -----

*De forma a assegurar a transparência da atividade do Provedor do Município é essencial que a informação relativo à sua atividade e o resultado desta seja divulgado de forma frequente e independente. Assim, propõe-se que o artigo 5.º, alínea d), passe a determinar o seguinte:* -----

*-“ Elaborar semestralmente um relatório da sua atividade e os resultados desta a publicar no sítio da internet do Município.”* -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a da transparência fazem todo o sentido melhoram o documento, as outras duas não fazem sentido porque tocam exatamente naquilo que é uma função do Presidente da Câmara, que é gerir os serviços, ele perante a lei só há uma pessoa que é responsável por tudo o que se passa nos serviços, que é o Presidente da Câmara e mais com o reforço que foi dito na proposta, quer da publicação do relatório, os regulamentos devem de ser pensados para sempre e não para o imediato, é óbvio que qualquer autarca quer que funcione bem essa função. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, retirou o ponto 3.2 – Projeto de Regulamento que estabelece a constituição da figura do/a Provedor/a do Município de Valongo e respetivo Estatuto, por indicação da Câmara, de forma a serem analisadas e incorporadas as alterações propostas. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3.4 - Proposta de 3.ª Adenda aos Acordos de Execução celebrados com as Freguesias. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que se trata de um acordo que não era o que todos pretendiam mas aquilo que foi possível. -----

Durante os três anos e meio de execução aquilo a com que as juntas se comprometeram conseguiram concretizar, e o serviço prestado à população nas diversas áreas melhorou significativamente. -----

Ao fim de três anos e meio de experiência os resultados não terão sido excelentes porque houve areia que foi colocada de forma maldosa, e se a relação não foi a melhor porque de facto houve deslealdades.

A Junta de Freguesia de Alfena propôs a atualização da inflação dos três últimos anos, que não estava prevista no acordo anterior, o que seria razoável porque no que toca aos jardins é muito penoso e difícil de realizar, e a Junta de Freguesia de Alfena tem prejuízo com o trabalho que faz. -----

Assim, pretendiam uma atualização que não foi possível, os valores continuaram exatamente iguais àqueles que estavam antes, houve três alterações, cinco mil euros por ano para equipamento, a redução de 50% do valor da taxa no aluguer dos equipamentos e a atualização na parte financeira da inflação. -----

Disse que o problema é quando sai uma notícia no jornal a dizer que as juntas vão receber mais 45% nas transferências financeiras, e isso não é honesto, no caso da Junta de Freguesia de Alfena foi-lhe retirado em trabalhador que vão ter que contratar. -----

A Câmara Municipal deve tratar as juntas com mais respeito, principalmente no que toca à Junta de Freguesia de Alfena, pois estão disponíveis para colaborar. -----

A Junta de Freguesia de Alfena não tem capacidade financeira para concretizar um projeto em seis hectares de terreno no coração da cidade, está a fazer o que pode e vai continuar a fazer o que pode, pediu uma pequena participação para os ajudarem na manutenção do parque e a resposta foi - não porque não é Municipal – de facto não é Municipal mas vai ser utilizado por todos os municípios. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.18**, cujo teor se transcreve: -----

*“3.ª Adenda aos Acordos de Execução -----*

*Após 3 anos em funcionamento dos acordos de execução, era esperado que fosse feito um balanço dos mesmos, as partes deveriam refletir acerca dos pontos fracos e fortes destes acordos, melhorando-os, sempre com o objetivo principal de melhoria da eficácia e eficiência dos serviços prestados às populações. -----*

*Seria, portanto, esperado que fosse feito um balanço pelas Juntas de Freguesia, que mostrassem se os recursos transferidos pela Câmara são suficientes ou se estamos perante um esmagamento da capacidade de resposta das juntas e a sua descapitalização, com prejuízos diversos para a*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*concretização das competências nucleares destes órgãos. Também seria de esperar que fosse analisada a qualidade dos serviços prestados pelas juntas e se realmente esta descentralização serviu o seu propósito maior de melhoria do serviço. -----*

*Mas o que aconteceu em Valongo não foi nada disso, os acordos serviram para uns bons títulos dos jornais. -----*

*“Valongo aumenta verbas a transferir para as juntas de freguesia”- Verdadeiro Olhar -----*

*“Câmara reforça verbas para juntas” – Jornal de Notícias -----*

*“Câmara de Valongo reforça para mais de 6 milhões de euros os acordos de delegação de competências com todas as freguesias” – Voz de Ermesinde -----*

*Com o objetivo, mais uma vez, de esconder as dificuldades das juntas de freguesia na execução do explanado nestes protocolos, a Câmara optou por enaltecer a forma como conduziu este processo com o aumento das verbas atribuídas, escondendo propositadamente que esse aumento de verba está a par de um aumento de responsabilidades assumidas pelas juntas de freguesia. -----*

*Se pensarmos isoladamente nas vantagens que a Câmara Municipal tem com este negócio, não podemos ser contra estes protocolos. Estranhámos é que as Juntas de Freguesia, aqui representadas pelos seus presidentes, se contentem com isto e não se insurjam perante esta campanha demagógica feita pela Câmara PS. Futuramente, o que irá acontecer é que as populações vão olhar para as juntas com desconfiança, porque não entendem como um aumento de 45% das verbas face a 2015, não se traduz num aumento proporcional da qualidade dos serviços prestados. -----*

*Face ao exposto e apesar de concordarmos com esta delegação de competências imposta pela Lei nº 75/2013, não concordamos com os expedientes usados por esta Câmara PS na negociação e no tratamento deste assunto e por isso iremo-nos abster.” -----*

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que, relativamente aos Acordos de Execução, pretendia sublinhar o seguinte: -----

1.º Perceberam que foi um processo, que apesar de alguns constrangimentos que existiram, foi conduzido com diálogo com todos os interlocutores o que lhes parece de extrema correção por parte de quem tem a responsabilidade de gerir a coisa pública. -----

2.º Todos os presidentes de junta quiseram os acordos, pelo que todas as freguesias avançaram ao mesmo tempo e com as mesmas oportunidades, porque a opção pela delegação de competências estando prevista na lei não deixa de ser uma opção também do executivo em garantir através das juntas um serviço de maior proximidade aos territórios e às populações, em matéria de varredura, manutenção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

de espaços verdes, pequenas reparações em escolas e agora também nos espaços de cantinas e refeitórios. -----

3.º Trata-se de uma solução aceite por todos os seus intervenientes, não é uma solução perfeita e que agrade a todos, cada um exigiria para os seus territórios mais. -----

4.º A camara transferirá em recursos financeiros, humanos e materiais mais de seis milhões de euros nos próximos quatro anos, um montante considerável face aos valores de 2015, gostariam de destacar aquilo que esses valores representam, um esforço de aperfeiçoamento do processo de descentralização de competências. -----

Apesar de já ter sido dito o contrário, a verdade é que se procurou dar resposta a questões que ao longo do mandato anterior foram surgindo, nomeadamente no que toca às áreas verdes e à frequência da varredura das ruas. Não respondeu a todas as questões, não respondeu a uma das aspirações das juntas que passava pelo aumento dos custo unitário, mas deu outras alternativas como o PC ou o valor adicional de 5 mil euros para cada junta de freguesia, a redução de 50% dos valores a cobrar pela utilização de equipamentos camarários. -----

Assim, face ao que leram e ouviram existe unanimidade na aceitação dos acordos, quer com o processo, quer com o resultado, e as populações ficaram melhor servidas, acreditam que as ruas estarão mais limpas, os jardins mais cuidados, as salas de aulas do 1.º ciclo terão respostas mais eficazes ao nível das pequenas reparações. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa**, disse que a Câmara Municipal teve uma atitude construtiva com os presidentes de junta durante o processo de negociação. -----

Em relação à Junta de Freguesia de Campo e Sobrado acha que foi um bom acordo, o acordo possível, o melhor seria ter mais transferências financeiras. -----

Disse que a transferência de 5 mil euros para cada junta de freguesia, 50% de redução do preço unitário dos equipamentos e a inclusão do coeficiente da inflação que é muito importante para manter os acordos durante o mandato. -----

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Miguel António Pereira de Oliveira**, disse realçar que na negociação que ocorreu no âmbito dos Acordos de Execução com Câmara Municipal pautou-se por princípios de diálogo, pela transparência e de cooperação para com as juntas de freguesia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Para a Junta de Freguesia de Ermesinde os Acordos de Execução são parte muito importante da sua atividade, ainda mais em função do estado em que a Junta de Freguesia se encontra, e não parecia ao contrário do que foi aqui dito. -----

A população de Ermesinde não aceitaria que votassem favoravelmente os Acordos de Execução se não tivessem feito o trabalho de casa, se não tivéssemos tido o tempo e o cuidado de analisar a execução feita no triénio passado e perceber se em virtude dos novos acordos, com as alterações de pormenor, que são alterações de facto muito importantes, se achassem que não era possível cumprir com aquilo que se comprometeram. -----

O processo que conduziu aos acordos foi um processo participado, uma negociação nunca é fácil, todas as partes querem sempre mais, a Câmara quer que o serviço seja prestado, mas os recursos financeiros do município que também não são infinitos, são limitados, e a juntas precisam que no âmbito dos acordos a transferência do pacote financeiro que lhes é feita permitam de que os acordos sejam bem desempenhados. -----

Os acordos permitem dar respostas às competências que lhes são delegadas, podem no fim do prazo perceber se os valores que são transferidos são suficientes ou não. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves**, disse que em Valongo as juntas de freguesia são tratadas todas da mesma forma, todo o processo decorreu de forma honesta e transparente, há os valores de referências que são adequados às quantidades, sendo quantificável aquilo que fazem, todas as transferências de verbas e recursos são baseadas numa unidade e os preços unitários são iguais para todos. -----

Disse de seguida que a descentralização do Estado, de que tanto se fala, a transferência de competências, essa descentralização ao acontecer espera que os valores do quadro que estão atualmente a discutir se mantenham, mas sobre isso tem algumas dúvidas. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por agradecer a forma como os senhores presidentes de junta negociaram com a Câmara, com abertura, diálogo e compreensão de parte a parte. -----

Foi feito um esforço, os dados referidos são feitos comparativamente ao primeiro Acordo de Execução, estão a fazer um esforço, estes segundos Acordos de Execução são melhores que os anteriores, pretendem é que o serviço seja cada vez melhor e a comunidade esteja satisfeita, pois assim todos ganham. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 3.4 - Proposta de 3.ª Adenda aos Acordos de Execução celebrados com as Freguesias, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

**Votos Favor:** 18 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Miquel António Pereira de Oliveira e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Arnaldo Pinto Soares. -----

**Abstencões:** 12 abstencões, sendo: 7 abstencões do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstencões do Grupo Municipal da CDU, 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstencão do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que relativamente à Vallis Habita foi recuperada total ou parcialmente uma habitação no empreendimento da Palmilheira, e mais duas foram limpas, não sabe se vão necessitar de serem recuperadas ou se já vão ser entregues a duas famílias. Quanto à que está pronta, da Palmilheira, quando é que vai ser entregue à nova família ou se vão esperar pelo Natal para fazer a entrega dessa habitação. -----

Disse de seguida que existem situações que têm referidos os custos e outras não, por exemplo na Aldeia de Natal de Valongo e Ermesinde não são referidos os custos, bem como o concerto de Natal. - -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à habitação da Palmilheira não sabe dizer se está pronta nem quando vai ser entregue. -----

Relativamente à questão dos custos, trata-se de um relatório de atividades, e em algumas situações poderão não ter os custos indicados, mas os custos de todas as atividades estão na net no separador saiba quanto custou. -----

Quanto ao relatório é solicitado aos serviços que seja incluída toda a informação que disponham, como quais os custos diretos e indiretos referentes às atividades, embora todos os custos estejam disponíveis no site da Câmara. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a CDU já fez uma referência muito positiva acerca do relatório de atividades, houve uma evolução, e aquilo que pretendem é que o documento continue a ser melhorado, e a colocação dos custos deveria estar em todas as atividades. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos numa segunda reunião, sendo **aprovado por maioria**, foi agendada a segunda reunião para o dia 5 de maio às 21 horas, no salão nobre da Câmara Municipal. De seguida colocou em votação a aprovação em minuta dos pontos 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

A 2ª secretária: \_\_\_\_\_